

Caminhos para a educação inclusiva no ensino superior semi-presencial: relato de experiência

Valeria MARTINS

Lucas NOLASCO

Fundação CECIERJ

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, BRASIL

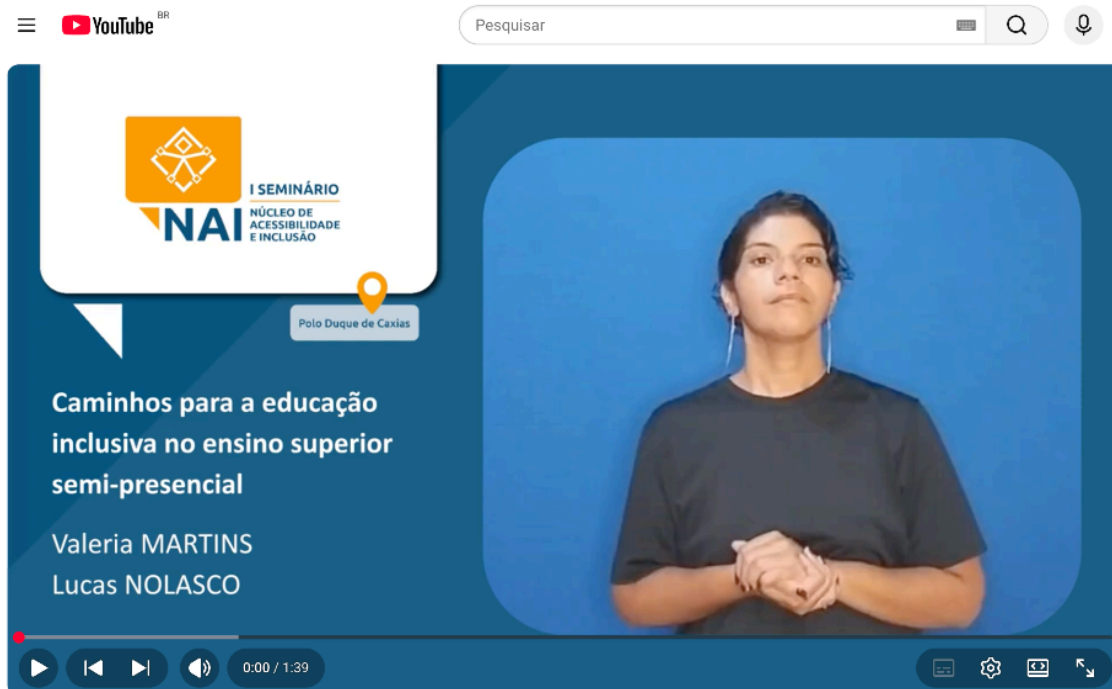
Resumo.

O **objetivo** deste trabalho é apresentar um relato de experiência vivenciado por um estudante cego cursando graduação em Pedagogia no Consórcio CEDERJ e por sua tutora de apoio ao longo do percurso acadêmico. Como **metodologia** foram construídas reflexões sobre os desafios enfrentados, as estratégias adotadas e os aspectos que se mostraram potentes durante a formação, assumindo a forma de relato de experiência a partir da perspectiva de ambos os atores: o estudante e sua tutora de apoio. O texto também se insere no contexto de celebração dos cinco anos do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NAI) do Consórcio CEDERJ, destacando avanços, desafios e perspectivas. Como **resultado** e considerações finais, apresentam-se apontamentos para a consolidação de uma educação inclusiva no ensino superior semipresencial. A **conclusão** ressalta a importância de políticas públicas que assegurem condições de permanência e dignidade para os estudantes com deficiência.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Acessibilidade no Ensino Superior; Tutoria de Apoio.

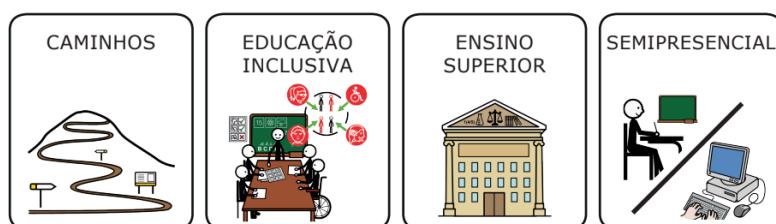
Resumo em Libras

(clique na janela abaixo para acessar o vídeo completo):

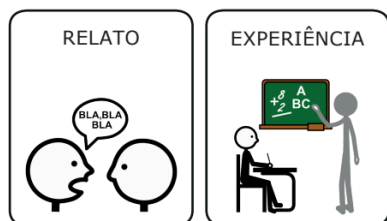


Resumo em CAA - Comunicação Aumentativa e Alternativa

(clique na imagem abaixo para acessar o arquivo completo):



Caminhos para a Educação Inclusiva no Ensino Superior semipresencial:



Relato de Experiência

1. Introdução

A inclusão educacional ainda se apresenta como um dos grandes desafios do campo da educação. No contexto do ensino superior, essa lacuna torna-se ainda mais evidente. Segundo Santos (2019), grande parte da produção científica sobre inclusão centra-se na educação básica, deixando em segundo plano reflexões voltadas para a permanência de estudantes com deficiência no ensino superior.

Este trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência entre um estudante cego, cursando Pedagogia no Consórcio CEDERJ, e a tutora de apoio que o acompanhou durante sua trajetória acadêmica. O texto adota a perspectiva de pesquisa qualitativa, na modalidade relato de experiência, por compreender que a vivência pessoal pode oferecer contribuições significativas para a reflexão sobre a inclusão na educação superior.

Foram levantadas as seguintes questões: Quais os principais desafios de um estudante cego cursando Pedagogia semipresencial no Consórcio CEDERJ? De que maneira a tutoria de apoio pode contribuir para sua permanência? Como a troca entre estudante e tutora potencializa a formação de ambos?

A concepção de Educação Especial e Inclusiva adotada neste estudo baseia-se em Pletsch e Souza (2021), que a compreendem como uma política vinculada ao campo dos Direitos Humanos, voltada para a garantia do direito de aprender às pessoas historicamente excluídas. A Educação Especial refere-se a uma modalidade de ensino transversal, cujo objetivo é assegurar acessibilidade e inclusão. Já a Educação Inclusiva busca efetivar, no espaço educacional, condições de igualdade e dignidade para todos os sujeitos.

O Consórcio CEDERJ foi criado com o intuito de democratizar o acesso ao ensino superior no estado do Rio de Janeiro por meio da modalidade semipresencial. Segundo informações institucionais, o Sistema CEDERJ é constituído por uma tríade: a Fundação CECIERJ, as Instituições de Ensino Superior parceiras e os Polos Regionais, cada qual responsável por ações específicas no âmbito do consórcio. Neste relato, destacamos a experiência no curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ofertado no Polo Rocinha.

2. Metodologia

Este estudo constitui-se como um relato de experiência, fundamentado nas vivências de um estudante cego e de sua tutora de apoio no contexto do ensino superior semipresencial. A metodologia aproxima-se de uma etnobiografia, uma vez que busca registrar não apenas o percurso acadêmico, mas também as aprendizagens pessoais e profissionais decorrentes dessa relação.

3. Resultados e Discussão

3.1. Conhecendo o Discente

Estudante de Pedagogia pelo consórcio CEDERJ, no momento atual de escrita do texto cursando o sétimo período, jovem de 31 anos, negro, nascido e criado na Cidade de Deus, favela localizada no Rio de Janeiro: muito prazer, Lucas Nolasco. Realizei todo o ensino fundamental em escola pública e, nesse período, não necessitei de adaptações ou recursos específicos para acompanhar os estudos, uma vez que, embora tivesse nascido com glaucoma e fosse cego de um dos olhos, conseguia estudar sem maiores dificuldades.

Na vida adulta, contudo, a doença se agravou e, em 2017, perdi totalmente a visão, sem possibilidade de recuperação. Esse acontecimento trouxe profundas mudanças em minha vida pessoal e profissional, exigindo novas formas de adaptação e a busca por alternativas para minha inserção no mercado de trabalho. Diante desse cenário, compreendi a importância de investir na minha formação acadêmica, encontrando no ensino superior um caminho para conquistar estabilidade profissional e também para ampliar meus horizontes pessoais e sociais.

3.2. Primeiras Expectativas para/no Ensino Superior

Inicialmente, meu desejo era cursar Psicologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na modalidade presencial. Entretanto, por questões de prazos e documentações, não consegui realizar a inscrição no vestibular. Nesse momento, uma tia que também cursava Pedagogia apresentou-me o Consórcio CEDERJ, explicando que se tratava de um curso semipresencial. Apesar de não oferecer Psicologia, a Pedagogia se mostrou como alternativa

possível, por dialogar com áreas de interesse e permitir uma futura transição para outra graduação.

Durante o processo de inscrição e realização do vestibular do CEDERJ, ainda não utilizava o computador com leitor de telas. Para suprir essa necessidade, busquei um curso de informática especializado no ensino de pessoas com deficiência visual, oferecido pelo Instituto União dos Cegos no Brasil (UCB). Naquele momento, sequer tinha conhecimento dos dispositivos legais que garantiam acessibilidade, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Ao iniciar o curso, estudei de forma independente, sem apoio institucional. Somente após vivenciar um encontro presencial para realização de provas, tive contato com colegas de turma que me orientaram a solicitar tutoria especializada e materiais adaptados. Essa descoberta marcou um divisor de águas em minha trajetória acadêmica, pois me fez compreender, de maneira concreta, a importância da tutoria de apoio para permanência no ensino superior.

3.3. A Tutoria de Apoio no Contexto do Ensino Superior no CEDERJ

De acordo com as Diretrizes para Inclusão do Mediador de Apoio do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), a função do tutor de apoio é auxiliar no processo de aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais especiais, promovendo autonomia e participação acadêmica. Entre as ações previstas estão: auxiliar na inscrição em disciplinas, organizar cronogramas de estudo, acompanhar dificuldades ao longo do semestre e atuar como ledor nas avaliações.

Meu primeiro contato com a tutoria ocorreu durante a primeira avaliação presencial. Na ocasião, a coordenadora do curso de Pedagogia do Polo Rocinha, Simone, atuou como ledora da prova e passou a me orientar nos passos para formalizar o acompanhamento. Assim, iniciei minha trajetória com minha primeira tutora, Janine, que me acompanhou nos

três primeiros períodos. Seu apoio foi fundamental para a organização das atividades e acesso a materiais adaptados, além de sua atuação presencial como ledora nas avaliações.

A partir do quarto período, passei a ser acompanhado por Valéria, coautora deste relato. Sua presença foi essencial para a continuidade da minha formação, ampliando não apenas minha autonomia acadêmica, mas também oferecendo suporte motivacional em momentos de dificuldade. O ensino a distância pode ser solitário, e para estudantes com deficiência essa sensação é intensificada. Nesse sentido, a tutoria se mostrou não apenas uma mediação pedagógica, mas também uma rede de apoio humano, capaz de oferecer acolhimento e encorajamento.

Houve momentos em que pensei em desistir do curso. Nesses episódios, encontrei na tutora alguém que escutava, orientava e apresentava novos pontos de vista. Seu apoio, que extrapolou a esfera acadêmica, incluiu até situações cotidianas relacionadas à mobilidade urbana, quando se dispôs a me auxiliar em deslocamentos para garantir minha segurança.

Portanto, a tutoria de apoio, realizada com sensibilidade e empatia, revelou-se não apenas uma estratégia institucional, mas uma prática que atravessa barreiras e mostra como o aspecto humano é central no processo de inclusão.

3.4. A Troca de Experiência Aluno-Tutora e Tutora-Aluno

Pensar a Educação Inclusiva no ensino superior brasileiro já é um grande desafio; quando se trata da modalidade semipresencial, esse desafio se amplia.

Para mim, estudante, a tutoria representou parceria, motivação e suporte em uma graduação que exige autonomia e enfrenta limitações tecnológicas de acessibilidade. Para a tutora, a experiência foi igualmente formativa: conviver com um estudante cego ampliou seu olhar profissional e pessoal, trazendo consciência sobre obstáculos invisíveis a quem não vivencia a deficiência, como a inacessibilidade de plataformas digitais e as dificuldades de mobilidade urbana.

O trabalho de inclusão realizado pelas tutorias evidencia avanços, mas também revela que muitos dos obstáculos enfrentados extrapolam o âmbito acadêmico. A precariedade do transporte público, a falta de acessibilidade nas ruas e os entraves estruturais mostram que a inclusão depende de políticas públicas amplas. Nesse sentido, Pletsch (2021, p. 68) destaca que não se trata apenas de olhar para a diversidade humana, mas de compreender como as desigualdades sociais moldam a experiência da deficiência e as condições de desenvolvimento dos sujeitos.

4. Conclusão

O cenário da educação inclusiva no ensino superior apresenta desafios que se estendem desde o ingresso até a permanência e conclusão do curso. No contexto do Consórcio CEDERJ, com o apoio do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), observa-se a possibilidade concreta de construir caminhos mais inclusivos.

Este relato evidencia que a tutoria de apoio foi essencial não apenas para o acompanhamento pedagógico, mas também como rede de escuta, acolhimento e motivação, desempenhando papel significativo para a permanência do estudante. Ao mesmo tempo, mostrou-se como experiência formativa para a tutora, ampliando seu repertório profissional e sensibilidade diante das questões da deficiência e da diversidade.

Conclui-se que a tutoria é um recurso pedagógico potente para a efetivação da inclusão no ensino superior, mas não suficiente por si só. A permanência de pessoas com deficiência na universidade exige políticas públicas que garantam acessibilidade em múltiplas dimensões: pedagógica, tecnológica, arquitetônica e urbana. Assim, pensar inclusão é também pensar em dignidade, autonomia e equidade como princípios inegociáveis para uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.

CECIERJ. Diretrizes para atuação do mediador de apoio. NAI, p. 1-7.

OLIVEIRA, Ronaldo Queiroz de et al. A inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 299-314, 2016.

PLETSCH, M. D.; SOUZA, F. F. de. Educação comum ou especial? Análise das diretrizes políticas de educação especial brasileiras. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 16, n. esp2, p. 1286–1306, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16iesp2.15126. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15126>.

SANTOS, Amanda Fernandes et al. Educação inclusiva no ensino superior: o docente universitário em foco. 2009.
